

PERFIL E RAÍZES DO “AGORA”:

Modernização, democracia, e identidade do México e do Brasil de início dos novecentos, nos clássicos de Samuel Ramos e Sérgio Buarque de Holanda

Ana Luiza de Oliveira Duarte Ferreira
Mestre pela Universidade Federal de Juiz de Fora
analod@gmail.com

Resumo: Este artigo parte das concepções teóricas formuladas por Dominick LaCapra e da análise dos mais celebres livros dos pensadores mexicano Samuel Ramos e brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, para compor um quadro esquemático das apreciações mais comuns acerca das realidades mexicana e brasileira – com ênfase em aspectos econômicos, políticos e sociais –, de princípios do século XX. Para tanto, faço dialogar *El perfil del hombre y la cultura en México* e *Raízes do Brasil* com a obra, de recorte mais amplo, atenta à Ibero-América como um todo, de Angel Rama, *A cidade das letras*, e acabo por destacar a relevância, naquele momento histórico específico, do debate em torno de três conceitos fundamentais: o de “modernização”, o de “democracia”, e o de “identidade” (local/nacional, e sub-continental/ibero-americana).

Palavras-chave: Dominick LaCapra; textos-clássicos; análise contextual; Samuel Ramos; Sérgio Buarque de Holanda; início do século XX.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho cuida de compor uma síntese de diversas percepções relativas à realidade econômica, política e social, do México como do Brasil, no período em que dois dos maiores clássicos do ensaísmo ibero-americano – *El perfil del hombre y la cultura en México* (1934), de Samuel Ramos, e *Raíces do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda – foram escritos e publicados pela primeira vez.

No que diz respeito especificamente aos Livros que tomei como objeto, creio que tal possibilidade de reflexão contextual reveste-se de uma importância/uma urgência muito bem marcada. E digo isto porque ao longo de cada um dos Textos referidos, a toda hora, fica evidente o interesse de seus Autores por aquele momento histórico particular: todo o raciocínio que desenvolvem parte das mais variadas épocas, visando sobretudo a compreensão do presente em que viviam.

No Brasil, dedicou-se a historiadora Claudia Wasserman coincidentemente ao estudo comparado desses mesmos textos de Ramos e Sérgio. No que tange o **foco** concedido por ela em seu artigo *Nacionalismo: origem e significado em Sérgio Buarque de Holanda, Samuel Ramos...*, pode-se dizer que se encontra na questão identitária, nacional (mexicana e brasileira). É claro que a análise destes **temas** (mexicanidade e brasilidade) aparecerá como essencial em muitos momentos de meu presente trabalho, contudo, não considero que esta seja a principal questão, pelos referidos autores, tomada para reflexão (WASSERMAN, s/d, passim).

Não há dúvidas de que metodologicamente tal escolha de Wasserman é tão válida quanto qualquer outra. Entretanto, julgo que ela pode levar o leitor a compreender que compor **um modelo de** identidade nacional mexicana ou brasileira era precisamente a intenção primeira de *El perfil...* e *Raíces...* Tal impressão é corrente na historiografia, e consensual entre leigos de ambos os países por ora abordados, mas não deve ser tomada como uma “verdade”. Acredito, aliás, que é provável que, ao invés de formular concepções de “brasilidade” e “mexicanidade”, estes Autores pretendiam **justamente desconstruir** as apreciações correntes, e deslegitimar os discursos patentes.

Daí aqui, neste artigo, a preocupação, também, com rever as apreciações acerca das respectivas obras, especialmente no que tange aos juízos que Elas podem ter vindo a apresentar, sobre do período em que foram escritas.

Em se tratando da maneira como Wasserman estrutura e apresenta seu raciocínio a respeito de tais questões, temos que sua principal **referência teórica** é o trabalho do

historiador marxista Eric Hobsbawn, e que seus **objetivos analíticos** específicos são (conforme suas próprias palavras):

a) Entender o conjunto de motivos que levam os intelectuais latino-americanos da primeira metade do século XX a eleger a questão nacional como preponderante em suas análises, não apenas através do exame das **circunstância históricas** que originariam tais preocupações, mas também das **estruturas institucionais** presentes nessas sociedades. (Idem, p. 3)

b) Verificar e comparar nos autores examinados, qual era (...) o **significado** do nacionalismo para cada um deles. Quais eram os mitos fundadores da nacionalidade? Quais os obstáculos e os problemas para a construção das nações? (Idem, p. 4)

Isso implica no fato de que o texto de Wasserman se divide em duas partes: uma primeira, na qual se dedica a construir uma síntese de aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais que se têm como característicos do mundo e, mais focadamente, do México e do Brasil do período em que *El perfil...* e *Raíces...* foram elaborados – compondo um quadro daquilo que ela considera as **origens** das concepções de nacionalidade (que se crê) formuladas por Ramos e Sérgio (Idem, p. 6-10); e uma segunda, em que se realiza uma análise das referidas obras, levantando algumas concepções que uma e outra apresentariam, e as acompanhando de extensas citações – compondo um quadro daquilo que ela considera o **significado** das idéias formuladas pelos ditos autores em seus respectivos textos (Ibidem).

Esta sua maneira de lidar com nossos objetos de análise comuns, creio eu, entretanto, os reduz e/ou manipula, os eclipsa e/ou abandona. Pouco se remete em *Nacionalismo: origem e significado...*, por exemplo, à **maneira** como as concepções de Ramos, em *El perfil...*, e Sérgio, em *Raíces...*, são apresentadas. Destarte, o que vejo no trabalho de Wasserman é, primeiramente, uma tentativa de enquadrar os referidos “clássicos” numa idéia pré-determinada do que seria a **conjuntura histórica** que as envolveria; e, em seguida, uma tentativa de enquadrar os referidos “clássicos” nas concepções hoje correntes **acerca de idéias supostamente apresentadas nesses clássicos**, sem sistematizá-las ou sem jamais citar o nome de outros pesquisadores interessados na compreensão delas. Por fim, percebi, a partir da leitura do dito artigo de Wasserman, a necessidade de nos dedicarmos mais profundamente às possibilidades e especificidades de estudo/interpretações de textos consagrados pelo cânone acadêmico.

Para que uma reflexão mais aprofundada se vislumbre, então, inicio o debate, nesta Introdução, com referências às mais célebres sugestões da historiografia no que tange a esse tipo de análise contextual – voltado mais cuidadosamente ao “momento” em que os textos

foram escritos –, classificado pelo historiador Dominick LaCapra, em seu célebre texto *Repensar a história intelectual e leer textos*, como o mais utilizado por pesquisadores do campo da História que tomam “textos complexos” como objetos.¹

De minha parte, acredito que a opção por esta possibilidade de análise contextual remete ao fato de que o marxismo inspirou e inspira grande número de historiadores, nos mais diversos países do mundo, e há décadas. Quanto a isso, creio ser interessante citar um trecho de um dos livros mais lidos de Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã* (publicado inicialmente em meados do século XIX), no qual discutem maneiras de análise dos mais diversos tipos de produtos culturais, entre os quais se incluíam (também) obras filosóficas, historiográficas e literárias:

A produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção intelectual, tal como aparece na linguagem política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias etc, mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. (MARX & ENGELS, 1986, passim).

Segundo Lucia Lippi, o principal expoente marxista explicitamente dedicado ao trabalho com textos clássicos foi o professor alemão Karl Mannheim, autor de *Ideologia e utopia*, no qual remete ao texto acima, mas apresenta uma série de inovadoras conclusões. Mannheim realizou uma releitura das perspectivas metodológicas de Marx e Engels, fugindo das comuns interpretações deterministas que se dizem deles devedoras, livre para formular apreciações menos esquemáticas, mais complexas.

Segundo ele, uma atenta observação das análises de clássicos até então realizadas permitiria condensar em duas linhas as mais diversas posturas metodológicas; seriam elas (1) a que se dedicaria a compilar e explicitar as facetas de certos renomados arcabouços conceituais produzidos por certos “grandes homens”, praticada por profissionais que conviria chamar **sistematizadores filosóficos**; e (2) a que se preocuparia com o enquadramento das proposições de certos “grandes homens” em um modelo histórico global e apriorístico, em

¹ Este artigo é parte integrante de minha dissertação de Mestrado, intitulada “Debatendo estratégias de abordagem do conceito de *iberismo*, através da análise das obras-clássicas do mexicano Samuel Ramos e do brasileiro Sérgio Buarque de Holanda”, na qual trabalhei explicitamente quatro das seis possibilidades de contextualização de “textos-complexos”, definidas por LaCapra (s/d, passim).

qual trabalharia o, nas palavras de Manheim, **historiador colecionador** (MANHEIM, 1966, p. 240).

Conforme seu entendimento, contudo, tanto um como outro desses “modelos” não seriam satisfatórios, visto que, enquanto no primeiro seriam grandes as chances de **formulações superficiais**, o segundo resultaria quase sempre no pecado do **esquematismo abstrato**. Isto porque, para Manheim, em ambas possibilidades acima descritas se imporia, às obras estudadas, juízos que não teriam necessariamente uma relação direta com a inspiração daqueles que as conceberam – no primeiro caso, trata-se do juízo dos filósofos/críticos de épocas posteriores à sua elaboração; no segundo caso, das formulações de historiadores/arquivistas, interessados mais especificamente na realidade político-social em que foram escritas e publicadas. Manheim, enfim, quer fugir disto; quer que se garanta **voz ao sujeito histórico** que se convém denominar “**intelectual**” – esta é sua *utopia* (Idem, p. 233).

Entretanto, como legítimo marxista, em toda sua obra este pensador, se propondo a rever as então correntes perspectivas de análise das produções filosóficas, historiográficas e literárias, continuava afirmando que a **produção de conhecimentos**, ao mesmo tempo em que ajuda a conceber o mundo, preservá-lo ou transformá-lo, estaria intrinsecamente **atrelada** a todo tipo de **relações econômicas, políticas e sociais**. Os pensadores, pesquisadores e literatos, assim como todo e qualquer indivíduo, teriam, destarte, suas ações, valores e comportamentos sempre limitados pelas – para utilizar palavras suas – **condições ideológicas** então patentes (Idem, p. 100).

Segundo LaCapra, entretanto, tal alternativa analítica deve receber críticas bastante severas, porque, para ele, pode levar à compreensão dos textos como meros reflexos diretos de práticas sociais, desta maneira apresentadas como aparentemente autônomas e anteriores aos textos – o maior dos equívocos, conforme seu entendimento. De forma diversa, de acordo com este autor, um texto não apenas faz parte de uma realidade social, mas **cria realidade** no instante mesmo em que sobre ela se dedica a pontuar referências – e isso é o fundamental e deve ser seriamente explorado (LACAPRA, s/d, p. 259-266).

Sendo assim, neste artigo meu interesse está menos em compreender quais os “reflexos”, em *El perfil...* e *Raíces...*, da dita “realidade” mexicana e brasileira de inícios do século XX; e mais em repensar as maneiras através das quais, nesses livros, Ramos e Sérgio processaram a construção de “verdades” acerca do período em que viveram... assim como refletir sobre a reiteração e/ou revisão de suas impressões por parte de historiadores que ontem e hoje se dedicaram e dedicam ao estudo das primeiras décadas do século XX, no

México e no Brasil. Isso quer dizer, portanto, que aqui o que se focará são os vários **discursos** relativos ao **econômico**, ao **político**, e ao **social**, que envolveram e envolvem esta conjuntura particular – discursos tais, formulados *por ou sobre* **presidentes, generais, ditadores, populares** que viveram aquele momento histórico.

Como aqui me dedico a trabalhar as obras-clássicas de um autor mexicano e outro brasileiro, julgo ser interessante começar por apresentar um pensador que tomou para análise a realidade de toda a Ibero-América; por isso buscarei apresentar e, depois, quando tratar de *El perfil...* e *Raíces...*, particularmente fazê-los dialogar com ela. Recorro, pois, ao trabalho do escritor uruguaio Angel Rama, que, em *A cidade das letras* (1984, passim), realiza um empreendimento reflexivo, aliás, bastante interessante e condizente com o raciocínio de LaCapra: ao mesmo tempo que opera, no dito texto, a crítica de seu objeto de estudo, faz a crítica das maneiras cristalizadas com que ele vinha sendo abordado.

De acordo com Rama, em *A cidade...*, todo o período que vai de início dos novecentos até sua metade revela **conjunturas comuns** a vários países da **Ibero-América**: são conjunturas marcadas por inovações, tanto em se tratando dos avanços tecnológicos, quanto em se tratando das alterações (estruturais) político-administrativas, e ainda nas formas de se pensar a economia, a política, a sociedade das respectivas nações. Uns dos exemplos que ele apresenta são os **populismos**, de Lázaro Cárdenas, no México, e também o (ditatorial) de Getúlio Vargas, no Brasil, que teriam vindo servir, segundo Rama, como uma espécie de “resposta” às novas questões cruciais, então apresentadas a mexicanos e brasileiros. Estas questões, creio eu, podem ser sintetizadas num trinômio/problema, facilmente percebível também em grande parte das diversas pesquisas acerca deste período da história ibero-americana (em *A cidade das letras*, e, como veremos, igualmente, em *El perfil...* e *Raíces...*):

(1) **modernização**

(2) **democracia**

(3) **identidade local**

(traduzida algumas vezes em **nacionalismo** e, noutras, em **ibero-americanismo**).²

² Bom deixar claro, logo, que as noções de “modernização” e “democracia”, a serem mais exploradas nas páginas que seguem, devem ser por princípio tomadas sob o ponto de vista do relativismo. É claro, porém, que, como abordo duas conjunturas históricas específicas, buscarei compreender, daqui em diante, a que tipo de entendimento estes dois conceitos costumavam e costumam ser associados, quando se remetiam e remetem aos aspectos econômicos, políticos e sociais característicos delas.

Contudo, de nação para nação da Ibero-América, de acordo com o entendimento de Rama, existiriam neste momento (é obvio) também diversidades, aliás bastante claras, que não devem ser negligenciadas em tentativas arbitrárias de se advogar pela dita “identidade ibero-americana”: “há também visíveis **diferenças** corroboradas pela **ruptura violenta** que se produziu no **norte** e a evolução gradual ocorrida no sul, que, no entanto, não o resguardou de posteriores freios”, afirmou Rama (Idem, p. 170).

No que diz respeito aos debates acerca da **questão identitária** (sobre mexicanidade, brasilidade e ibero-americanidade), este mesmo autor destaca que se teria tornado cada vez mais interessante aos olhos de cada vez mais figuras cada vez mais influentes politicamente, assim como aos olhos de trabalhadores comuns, pobres ou da classe média. Porém, *A cidade das letras* não deixa de destacar que este apelo ao nacional e/ou ao transnacional **não** constituiu uma **novidade**, neste período; quiçá já desde antes mesmo dos processos de independência sua importância já vinha sendo vislumbrada.

Uma das principais preocupações de Rama em *A cidade das letras*, é, enfim, a crítica a visões homogeneizantes; confere sempre foco às “descontinuidades” nas “continuidades”. Pontua, por exemplo, ironicamente, que a despeito das mudanças vivenciadas pelos mexicanos e brasileiros de princípios do século XX, na historiografia referente a este período “*nada identifica melhor as transformações havidas, (...) do que os nomes dos caudilhos*” (Idem, p. 127). Assim, denuncia: tanto que (1) a vida no México como no Brasil de então, continuava atrelada a formas de poder classificadas (naquela conjuntura e também agora) como “tradicionalistas”, pautadas em interesses “individuais” e/ou demasiadamente “localistas”; quanto (2) que as percepções hoje mais correntes acerca daquela realidade, no período em que vivia, continuaram atreladas a um ponto de vista que ele considera “reducionista”, demasiadamente esquemático, com foco apenas nas mudanças.

Há que se tem em mente, entretanto, que quando *El perfil...* e *Raíces...* foram pensados, elaborados e pela primeira vez publicados, Ramos ainda não tinha vivido a experiência “populista”, tão referenciada por Rama. Sérgio também não podia, evidentemente, prever que muitos daqueles aspectos ressaltados em seu Livro como característicos da sociedade brasileira iriam ser tomados, mais tarde, por grande parte dos historiadores do Brasil, como elementos desencadeadores/justificadores/componentes da ditadura Vargas. É por isso que, daqui em diante, as apreciações quanto às ditas conjunturas históricas serão tomadas num viés mais estreito que o do autor de *A cidade...* – dão preferência ao período que vai de fins do século XIX até as datas em que os referidos Livros “clássicos” foram publicados pela primeira vez.

1. AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX MEXICANO EM *EL PERFIL...* E OUTROS TEXTOS COEVOS

Como já foi dito *en passant* na Introdução deste artigo, se muitas das páginas de *El perfil...* se referem a períodos que antecedem até mesmo à constituição do México enquanto país (independente), elas aparecem com o objetivo de percebermos como estes teriam desembocado (e, de certa forma, como explicariam) as mais recentes experiências vividas pelos conterrâneos e contemporâneos de Ramos. Para usar palavras Dele: “*si concebimos la historia como debe concebirse, no se nos aparecerá como la conservación de un pasado muerto, sino como un proceso viviente en que el pasado se transforma en un presente siempre vivo*” (RAMOS. 1975, p. 100).

Ramos destaca, logo, desde a relação violenta entre os colonizadores espanhóis e índios nativos estabelecida a partir de 1492, o papel das ordens católicas como elemento civilizador, a decadência vivida pela metrópole espanhola nos setecentos (no campo econômico, mas também supostamente em sua capacidade de renovação de paradigmas filosóficos, políticos), o processo de independência das diversas colônias americanas, e a predominância da opção pelas constituições liberais nas nações recém-autônomas... até chegar ao século XX, caracterizado, no México, segundo a visão deste Autor: (1) pelo desenvolvimento do capitalismo avançado e do pensamento técnico, (2) por tumultos revolucionários, e (3) por intensos debates entre políticos, economistas, e por intelectuais, em torno de questões relativas à noção de “identidade”, tais como “nacionalidade” e “ibero-americanidade”.

Ramos voltava, assim, o olhar para o passado distante para melhor se instrumentalizar na análise do período histórico em que vivia, (é preciso ressaltar) dos **problemas** a ele pertinentes, e, principalmente, das **maneiras** através das quais, em anos idos e corridos, esses problemas vinham sendo esboçados, instituídos, realçados, **alterados** (para o bem ou para o mal) e/ou **mantidos** (para o bem ou para o mal). Isso quer dizer que compreendia a época como marcada por diversas transformações, mas também que não podia deixar de perceber as continuidades e se irritar com elas.

Quanto ao **uso da tecnologia avançada e a especialização do trabalho** dela decorrente, características da **sociedade moderna**, – conforme diversos pesquisadores

dedicados à análise daquele período histórico específico –pode-se dizer que são temas que preocupam enormemente a Ramos, em *El perfil...* Ao ver deste Autor, os rumos seguidos pelo México e também outras nações ocidentais haveriam de desembocar na formação de um homem “falso”, imbuído de uma (a seu ver reducionista, se não perniciososa) **concepção instrumental** acerca do mundo, “*convirtiéndonos en autómatas perfectos, pero sin voluntad, ni inteligencia, ni sentimiento; es decir, sin alma*” (Idem, p. 142).

La única justificación racional de la admirable técnica mecánica es [enfim] que el porvenir liberte al hombre del trabajo físico y le permita destinar sus mejores energías a otras faenas superiores cuyo fin sea el engrandecimiento de la naturaleza humana (Idem, p. 156).

Ora, isso não quereria dizer que, ao ver de Ramos, o parco desenvolvimento técnico-científico mexicano não pareceria realmente tão grave quanto as conseqüências, no modo de pensar e ser do homem, da difusão do capitalismo avançado, vivida por todos os países do Ocidente?

Em Suas reflexões mais especificamente sobre o México, Ramos destacava a inclinação ao rompimento da ordem e estabelecimento recorrente de novas normas, classificando-a como “círculo vicioso”. Argumentava que esta tendência seria desencadeada pela insistente **dificuldade de**, em seu país, **se estabelecerem leis condizentes com a realidade social...** e propunha que a Revolução Mexicana teria decorrido, afinal, (1) da percepção generalizada (e justa) de que até aquele momento a nação teria correspondido a uma espécie de **artifício** que satisfazia a interesses poucos, assim como (2) da percepção generalizada de que **todos deveriam** ter seus anseios representados no seio do aparelho político-administrativo federal (Idem, p. 101-102).

Ramos também dedicou um de seus capítulos a uma reflexão mais alongada acerca do perfil característico dos **chefes revolucionários** do México de princípios do século XX. Ali apresentou a hipótese de que, demasiadamente jovens, tais elementos decisivos na história de seu país precipitariam o futuro da nação aos riscos decorrentes de uma conduta movida ao mesmo tempo pelo radicalismo, pela utopia, e pelo individualismo. Nesse sentido, argumentava: “*No trato de sugerir, desde luego, que la política deba ponerse en manos de los viejos, que la habían virar, probablemente, en sentido reaccionario. Quiero decir más bien que, siendo la política una acción sobre cosas reales, debe ser obra de hombres maduros.*” (Idem, p. 168-169). Isto é: o tempo deveria trazer aos indivíduos, conforme Ramos, a sensatez e os instrumentos intelectuais indispensáveis para a formulação de projetos novos, mais

sólidos, eficazes e de maior alcance – dos quais careceriam, verdadeiramente, naquele presente período, segundo Seu entendimento, os principais líderes mexicanos.

Como demonstram as pesquisas consultadas para a realização de meu trabalho, há, entre os estudiosos que hoje abordam a realidade histórica do México de princípios do século XX, uma clara concordância com tais perspectivas esboçadas por Ramos: dentre outros motivos, os mexicanos daquele período histórico se teriam oposto frontalmente a projetos de modernização que ignoravam valores, que ignoravam o “humano”; por isso, teriam de fato uma vida marcada por conturbações, instabilidade, indecisão, hesitações, equívocos.

Em geral tais pesquisadores partem suas análises da ditadura Porfírio Díaz, que teve início ainda nos últimos anos do século XIX. Conforme esses autores, Díaz, fundamentando as ações governamentais numa versão muito própria da **filosofia positivista comtiana**, tendo como referência o progresso norte-americano, e crítico em relação à postura “romântica” de governos “nacionalistas” mexicanos anteriores, teria imposto um programa arrojado, com o qual pôde promover **estabilidade econômica e desenvolvimento técnico e ordem social**, em seu país – adequando-o à nova ordem social capitalista emergente, implementando reformas para a formação de um mercado de terras e de mão de obra –, embora o tenha feito às custas de enormes **sacrifícios da população carente**. Julgaria, pois, dispor de um projeto político mais eficaz, visto que pautado “na razão” (numa razão “científica”, objetiva, funcional), e estar eliminando do âmbito do poder instituído qualquer traço de subjetividade, embora não pudesse perceber (ou levar a sério) interesses e problemas dos grupos menos favorecidos, o que necessariamente vinha minar qualquer possibilidade de crescimento da nação **como um todo** (DOZER, 1974, p. 406-410, 426-430 & SANTOS, 2001, p. 67-68). O pesquisador Donald Dozer ilustra bem o caráter excludente e arbitrário da política desenvolvimentista do ditador mexicano, na seguinte passagem:

No empenho de regularizar a propriedade agrária, Díaz exigiu em 1886 que todos os proprietários de terra exibissem os seus títulos de propriedade; muitos residentes de aldeias indígenas não puderam, entretanto, provar os seus direitos sobre as terras que eles e seus antepassados vinham cultivando há séculos. O sistema agrário dos índios pré-colombianos muitas vezes não reconhecia a propriedade individual nem o domínio pleno e entre as populações indígenas costumava-se considerar como suficiente o direito prescritivo advindo de uma posse prolongada. Mas isso não satisfazia os *científicos* [como era chamada a burocracia governamental] e os lavradores índios que não puderam exibir provas documentais de seus direitos, tiveram suas terras expropriadas pelo governo, que amiúde passava às mãos de amigos abastados do Presidente ou permitia que fossem adquiridas por estrangeiros. (...) O patrimônio nacional

era, destarte, monopolizado por alguns poucos ou entregue à exploração estrangeira (DOZER, 1974, p. 429).

Foi frente a tais acontecimentos que se veio desencadear a célebre série de rebeliões de **índios e mestiços** por todo o país, reivindicando melhorias na condição de vida das **parcelas mais carentes** da população, assim como mudanças no panorama político – é a chamada “decena trágica”, quando se destacam os nomes dos líderes Emiliano Zapata e Pancho Villa.

Paralelamente, nas cidades mexicanas, outras classes sociais também se manifestaram insatisfeitas: o nascente **operariado**, que exigia acesso aos direitos trabalhistas mais elementares, e a **classe média** crescente, mal remunerada, mal representada e cada vez mais informada (PAZ, 1984, p. 125). Desta maneira, como nos propõe o renomado intelectual mexicano Octávio Paz, ia surgindo um movimento revolucionário que se distinguia “[tanto] pela carência de um sistema ideológico, [quanto] pela fome de terras” e, acrescento, de direitos (Idem, p. 128).

Em 1910, Díaz foi deposto, dando lugar a um caudilho de expressão nacional, Francisco Madero; as manifestações populares, contudo, se alongavam e tomaram a forma de desentendimentos de inspiração às vezes pouco altruísta, entre líderes locais que almejavam para si sobretudo espaços de influência mais amplos e mais sólidos – alguns nomes envolvidos no processo foram os de Victoriano Huerta, Álvaro Obregón e Vestuziano Carranza.

Este último foi-se tornando cada vez mais radical, e acabou, como governante, garantindo a elaboração de uma nova Constituição, no ano de 1917. Declaradamente **federalista**, essa **constituição**, visaria na realidade corrigir os males nacionais por meio da intervenção firme e efetiva do Estado. Reduziria, então, a esfera de influência da Igreja, proibindo a participação de clérigos na formação educacional de crianças e jovens mexicanos, mas principalmente limitando suas posses àquelas essenciais para o desenvolvimento das liturgias, o que acabou por liberar grandes propriedades agrárias para partilha entre desfavorecidos. No que diz respeito mais particularmente ao **problema da terra**, a carta constitucional retomava, via indenização, parte daquelas que haviam sido privatizadas, e também reconhecia a inalienabilidade das propriedades comunais indígenas, os *ejidos*. Previa, ainda, em documento, uma série de **direitos aos trabalhadores nas cidades** (como jornada de trabalho de oito horas e salário mínimo), vindo a garantir ao Estado instituído apoio do

crescente movimento operário. **Ampliava**, por lei, por fim, **o corpo eleitoral** no México e, permitindo que um estrato maior de indivíduos se identificasse com a administração federal, fortalecia a noção de nacionalismo no país.

Em 1918, foi criada a *Confederación Regional Obrera Mexicana*.

A atuação **executiva** do governo de Carranza também teria garantido uma maior integração do México com a construção de estradas de rodagem e rodovias que ligavam os pontos mais distantes, pela vinda do telégrafo e da telefonia, e pelo investimento na produção agrícola e na extração de minérios, que alcançava recordes e permitia ao povo mexicano orgulhar-se de sua promissora nação (DOZER, 1974, p. 466-476 & Maria Lígia PRADO, 1984, p. 13-15).

Como nos informa Dozer e Gabriel Vargas Lozano, em 1920, uma revolta liderada pelo vice-presidente e líder nacional Álvaro Obregón, contudo, veio pôr fim ao governo de Carranza, e garantir um novo encaminhamento à revolução – inaugurando um período denominado pela historiografia como de “institucionalização da revolução” ou da “política dos sonorenses”. Sob Obregón **inúmeros hectares de terra** foram **distribuídos à população agrária carente**, em geral composta, por índios e mestiços; a **sindicalização** dos trabalhadores urbanos cresceu a passos largos (DOZER, 1974, p. 530-535); criaram-se escolas rurais, publicaram-se com subsídio estatal diversos clássicos (sobretudo greco-latinos), e financiaram-se projetos na área das Artes Plásticas (através da concessão de bolsas), sob o comando do antigo reitor da Universidade do México, e agora ministro da Secretaria de Educação Pública, José Vasconcelos (LOZANO, s/d).

Em livro sobre a história do México, publicado pela primeira vez em 1956, Vasconcelos teceu uma série de comentários acerca do governo do qual participou de maneira intensa nos primeiros anos, e apresentou uma série de benefícios então implementados pelo espírito empreendedor e abnegado, tão característico, segundo ele, da personalidade do chefe do Estado, seu superior. Vasconcelos afirmava no referido texto que a formação intelectual do presidente seria escassa, como aliás o era a da maioria dos caudilhos da época – “*tenia Obregón la preparación de la clase media plueberina que lee el diario de la capital y media docena de libros, principalmente de historia*” (VASCONCELOS, 1968, p. 473) –, entretanto, conforme seu entendimento, tratava-se de um militar vigoroso e moderado, com talento considerável para conciliar interesses, e com habilidade o bastante para promover desenvolvimento econômico nacional e justiça social. Eram tais características, inclusive, o que julgava o referido autor diferenciar Obregón de Carranza, antigo governante que pouco havia modificado, com relação a Díaz, nas relações entre o México e **empresas estrangeiras**;

mas que à **classe clerical**, sem justificativas plausíveis e para desgosto da grande maioria da população, que era católica, teria imposto medidas extremamente coercitivas. Assim, prossegue Vasconcelos, a nova administração viria a se destacar pela devolução à Igreja de propriedades que haviam anteriormente sido entregues a protestantes (elementos pelo autor identificados aos interesses norte americanos); o que fez crescer nos Estados Unidos um sentimento profundo, avesso a Obregón (Idem, p. 467-476).

Interessante frisar, por ora, que as aspirações de Obregón pouco a pouco sofreram significativas alterações – fato que Vasconcelos pôde sentir talvez como ninguém, já que em determinado momento veio a perder tanto o ministério como a vontade de permanecer ligado ao governo. Segundo conta o dito autor em seu referido livro sobre a história mexicana, Obregón, **movido pela ambição**, teria contrariado a vontade dos cidadãos mexicanos (que era de eleições livres), e proposto para sua sucessão, à presidência, um homem de sua confiança, mas de conduta das mais duvidosas – o também sonorenses Plutarco Elias Calles. Conforme Vasconcelos, intuía Obregón não ser possível driblar o preceito da não-possibilidade de se reeleger, e imaginava em tal jogada garantir a manutenção de sua influência política, através de seu aliado. A luta para impor Calles foi, porém, bastante dura, e exigiu do então governante pedir ajuda dos Estados Unidos para organizar tropas. **“Vendeu-se”**, parecia lamentar o ex-ministro da educação (Idem, p. 476-480).

De acordo com Vasconcelos, Calles, sucessor de Obregón a partir de 1924, **deixou ao Deus dará o ensino público, desentendeu-se com a Igreja, e não implementou qualquer reforma significativa no campo** (como tinha sido costume, às vezes mais, às vezes menos, desde o início da revolução). Criou o *Partido Nacional Revolucionário* – PNR (1930), diretamente ligado ao governo, que daí em diante se sobreporia à *Confederación Obrera Mexicana*, e passaria a ser o único âmbito de atuação política dos trabalhadores reconhecido pelo Estado. Arbitrário, violento e afeito a interesses internacionais contrários aos propriamente mexicanos, Calles, enfim, teria tentado não só afastar do poder a força imperativa de Obregón, como manter influência determinante mesmo após o vencimento de seu mandato, no governo do sucessor Pascoal Ortiz Rúbio.

A insatisfação dos cidadãos mexicanos, por isso, passou a ser cada vez maior. Havia revoltas no campo (como a dos *Cristeros*, que se estendeu de 1926 a 1929) e nas cidades os interesses se voltavam para a garantia de mais voz e possibilidade de atuação à CROM. No ano de 1929, o Crack da Bolsa de Nova Iorque teve conseqüências diretas no México, acarretando carestia e desemprego, e fazendo crescer ainda mais o descontentamento entre operários e camponeses (Maria Lígia PRADO, 1984, p. 20 & CAPELATO, s/d, p. 153).

A partir de agora, contudo, um ponto essencial deve ser retrabalhado: acaba de me ocorrer que, tratando tais questões da maneira como as venho tratando, com enfoque nos líderes revolucionários, presidentes e “figurões” importantes, talvez fique parecendo que compreendo a história do México como obra de “grandes homens”, ou também, em alguns momentos, como um grande “equivoco” deles, o que não é correto. Tenho, na realidade, a compreensão de que, para que esses indivíduos tomassem a dianteira do processo, era necessário que apresentassem um discurso condizente com os interesses de uma parcela significativa da população mexicana.

Contudo, como saber quais seriam os interesses mais amplamente difundidos naquela sociedade? Para muitos autores, evidenciava-se, então, neste momento, aos olhos do mexicano, articulada ao desejo de **modernização e democratização** no México, a tão complexa e inevitável questão da **identidade nacional**.

Pode-se dizer que **desde a independência** fez-se patente a necessidade de elaboração de um conceito preciso de “identidade nacional mexicana”, **distinta da ou identificada à espanhola/metropolitana**; em meio aos levantes populares e aos problemas financeiros deles causadores e deles decorrentes, e, numa fase posterior, de institucionalização da revolução e de modernização das estruturas econômicas no país, porém, tal empreitada ganhou maior projeção e novas especificidades. Com a expansão do capitalismo avançado e a busca da formalização democrática no México, emparelhou-se, logo, à clássica dúvida acerca de qual modelo civilizacional se compunha ou deveria compor, uma angústia cada vez mais latente: a aparente contradição entre o desejo de “avançar” e o receio de perder a “**singularidade**”. Quanto a isso pontua Manuel Gómez Morín: “*nació el propósito de reivindicar todo lo que pudiera pertencernos: del petróleo [das terras, das riquezas minerais, da indústria nacional] a la canción [à literatura, às pinturas indígenas, às construções arquitetônicas mais antigas e mais modernas]*” (GOMEZ-MORÍN, 1915, p. 10).

A princípio este debate se manteve em grande parte concentrado na percepção do mexicano enquanto uma **raça** formada pelo **encontro** entre índios e espanhóis; daí que muitos historiadores mexicanos proponham que, quanto a este período, as discussões políticas em torno da mexicanidade possam ser desmembradas, esquematicamente, em dois grupos antitéticos: **hispanistas** e **indigenistas**. (URIARTE, 1998, passim) A realidade, contudo, era muito mais complexa, e, se a referência à cultura hispana podia vir associada a juízos positivos ou negativos, os povos indígenas (habitantes do referido território antes da chegada

dos colonizadores) podiam ser encarados também como fator-empecilho para o desenvolvimento da nação, ou ainda como símbolo (assim como os aspectos da fauna e da flora locais) de belo nacional – o viés com que se esboçavam tais perspectivas também podiam ser muitos: cientificista, panegírico, etc.

À medida que o tempo foi passando, com o desenrolar do processo revolucionário e com a possibilidade do ensino formal cada vez menos distante, se ampliaram as perspectivas, e a forma de conceber o papel cultural dos setores mais pobres (índios e mestiços) se tornou muito menos intolerante e muito mais crítica.

Além disso, há que se pontuar que, nos discursos, **novos elementos** passaram a ser incorporados como variantes que comporiam o modelo de civilização daquele país: para os mexicanos, agora, não era mais apenas o espanhol e o índio que compunham o *ser* nacional – o **pensamento francês** e as **técnicas importadas dos Estados Unidos** (vimos no capítulo anterior) passam a ser percebidos mais claramente como parte da vida cotidiana, da forma de pensar e viver dos cidadãos.

O referido trabalho de Ramos – estejamos atentos – trabalha com essa conjuntura; discute o fato de que os mexicanos estariam sempre trazendo de outros países modelos organizacionais e comportamentais, e também extrapola a abordagem focada apenas nas chamadas “raças fundadoras”. Bom destacar, então, que sua simpatia pela influência da cultura francesa fica evidente no texto de *El perfil...*, contrastando com um certo receio, com relação aos contatos culturais estabelecidos com os Estado Unidos.

Importante lembrar aqui que as pressões diplomáticas impingidas pelos norte-americanos, fazendo ganhar força o sentimento antiimperialista, hão de ter ajudado a ampliar, no país de Ramos, o gosto por tudo aquilo que se julgava “autenticamente mexicano”. No entender de Angel Rama, inclusive, em seu já citado *A cidade das letras*, pelo contato mais direto com o imperialismo ianque é provável que naquele país tenha sido mais freqüente e contundente essa associação entre “anti-norte-americanismo” + “valorização da identidade nacional”, se compararmos com outras nações da Ibero-América (RAMA, 1984, p. 118).

A preocupação com o diálogo com outros países americanos pode ser ilustrada, por exemplo, pela viagem de José Vasconcelos, em 1922, ao Brasil. Neste ano, o na época ministro da educação veio às terras brasileiras como embaixador provisório, para a comemoração do centenário da independência de nossa nação, sobretudo com a finalidade de reforçar os laços entre mexicanos e nós, mas também de propagandear, no nosso que era um

dos países mais influentes da Ibero-América, os avanços operados pelo México da revolução (CRESPO, s/d, *passim*).

Em *El perfil...*, porém, as referências à necessidade de se pensar o diálogo entre o México e demais países ibero-americanos aparece desfocada. É claro que em diversos momentos da leitura do referido livro podemos identificar os problemas e causas de problemas mexicanos aos brasileiros ou aos dos demais países da Ibero-América. No entanto, tal sugestão só aparece explicitamente em um momento da obra, quando afirma que o aqui já descrito “fetichismo das leis” “*no es exclusivo de la vida mexicana, sino general a toda la América Latina*” (RAMOS, 1975, p. 113). Por fim, acredito por enquanto não ser demais supor que não há, nas palavras de Ramos, qualquer tipo de menção exortativa a qualquer tipo de idéia de “ibero-americanidade”.

Imaturidade, Desencaixe, e tendência à imitação, numa conjuntura em que se destacava o interesse pela **modernização, democracia e “autenticidade” identitária**: eis, postas na mesa de maneira esquemática, características que Ramos atribui ao modo de ser, viver e entender de todo homem dito “mexicano” naquela época.

Mais eis ainda aspectos positivos, desvelados pelo referido Autor, neste momento histórico que Ele considerava confuso, mas também bastante promissor: os mexicanos pareciam reagir à aceitação pura e simples do materialismo capitalista; começavam a lutar por uma sociedade mais justa; passavam a resistir à importação indiscriminada de modelos culturais estrangeiros.

Isso quer dizer que, aos olhos do Autor de *El perfil...*, embora a idéia de *transformação* fosse bem quista, projetos externos naquela época tidos como as mais valiosas referências deveriam ser bem analisados; o francês também, mas norte-americano, destacadamente. Isto porque, colonizados por espanhóis – vivendo como herdeiros destes, de maneira diversa mas sempre, de uma forma ou de outra, remetendo a como eles os teriam ensinado a viver – se caracterizariam por um estilo muito particular: às vezes lento, titubeante, às vezes impulsivo, desnorteado, mas em quase todas positivamente “**emocionado**”, e em última instância, “**flexível**”, aberto ao diálogo, às trocas; em contraposição à rigidez e frieza do vizinho (e naquele período deveras influente) Estado Unidos da América.

2. AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX BRASILEIRO EM RAÍZES... E OUTROS TEXTOS COEVOS

Como afirma a professora Maria Odila Leite Dias, em um filme recentemente lançado por Nelson Pereira dos Santos, sobre a vida e a obra de Sérgio, com *Raízes...* este Autor teria vindo, no ano de 1936, a apresentar uma das primeiras interpretações mais sistemáticas acerca de possíveis relevâncias de um dos hoje tidos como mais célebres acontecimentos históricos nacionais: a dita “Revolução de 1930”.³

Como sabemos, a análise de Sérgio – de maneira semelhante à de Ramos, em *El perfil...* – parte das experiências históricas vivenciadas pela porção americana de colonização portuguesa, e pelo nascimento do Brasil como país autônomo, até chegar ao estudo dos acontecimentos que então se desenrolavam, no início do século XX. Vinha entrelaçada pela intenção primeira de compreender como se haviam arraigado de maneira tão íntima nossos principais problemas à nossa sociedade – nosso parco desenvolvimento econômico/técnico, e, sobretudo, a fragilidade de nosso sistema democrático.

Merecem destaque, aqui, algumas considerações de Sérgio, em *Raízes...*, mais especificamente no que diz respeito aos problemas inerentes ao processo de modernização capitalista e às alterações político-institucionais vividas por ele e pelos demais brasileiros de sua época. Considerações através das quais, como veremos, o dito Autor vai concebendo as peças do quebra-cabeça da nossa constituição histórica cultural, cujas características mais elementares seriam: o **agrarismo arcaizante**, o **personalismo**, e a **tendência à imitação**. Naquele momento histórico específico elas estariam, aos olhos dEle, se transformando; mas as duas últimas pareciam se ter alterado muito pouco – lembrando o raciocínio de Angel Rama –, daí a sensação de desengano, o receito diante da impossibilidade de nosso progresso econômico viabilizar-se emparelhado à ampliação da justiça social.

Como anunciado, um dos temas que mais preocupa Sérgio em sua análise são as relações entre o campo e a cidade, que a seu ver se iam alterando pouco a pouco, no momento em que escrevia *Raízes...* A importância (econômica, política e social) que confere ao setor rural na formação histórica brasileira, aliás, merece destaque por si só, mas sobretudo aqui, neste artigo, pelo simples fato de que apresento, pareados, os referidos Clássicos mexicano e brasileiro. Isto porque Ramos não chega a abordar claramente a realidade do homem do campo, ainda que apresente a antinomia campo X cidade, ao formular o tipo de cidadão mexicano “*urbano*”, que poderia ser caracterizado da seguinte forma: “*su apariencia de*

³ Nelson Pereira dos SANTOS. *Raízes do Brasil: uma cinebiografia de Sérgio Buarque de Holanda*. Parte 2. Vídeo filmes.

civilización, semeja una horda primitiva en que los hombres se disputan las cosas como fieras hambrientas” (RAMOS, 1975, p. 123); Sérgio, por outro lado apresenta a estrutura social do Brasil, desde a colônia, profundamente marcada pelo trabalho do escravo agricultor, pelo poder dos grandes fazendeiros, e pelas relações e formas de vida de ambos “personagens”. Tal disparidade me parece curiosa, já que no México a questão “terra” – talvez em face do movimento revolucionário e da conseqüente reforma agrária; talvez impulsionando tais acontecimentos – aparecia como tema recorrente na produção intelectual, desde o início do século XX. Contudo, creio poder explicar tal fato de maneira lógica: Ramos, escrevendo em meados da década de 1930, percebia tal problemática como relativamente solucionada, enquanto Sérgio vivia num país em que o Estado se julgava moderno e democrático, mas se negava a rever a situação do trabalhador do campo... um país no qual “*a desagregação do mundo rural*” cedia “*à invasão impiedosa do mundo das cidades*” (HOLANDA, 1999, p. 172).

Grande parte de nossa historiografia também vê o cada vez mais intenso processo de modernização tecnológica do Brasil do início do século XX entremeado por tensões entre o campo e a cidade. Destacam-se, então, referências ao crescimento demográfico, à implementação das redes de transporte e de fornecimento de energia elétrica, ao aumento da população das cidades e do número de centros urbanos, e a um significativo desenvolvimento industrial. Diz-se hoje, correntemente, contudo, que essas **mudanças materiais** em geral surgiram por força da iniciativa privada, de setores (nacionais e estrangeiros), quase sempre articulados a poderes **rurais**: tinham de contar e contaram com a disponibilidade de matérias-primas abundantes e de baixo custo, assim como de recursos financeiros provenientes da atividade cafeeira, mão-de-obra barata, e significativo mercado consumidor.

É preciso ter em mente, então, um detalhe significativo: para muitos historiadores contemporâneos, o golpe de 1930 **não** há de ter representado, como se costumava propor, um conflito entre classes oligárquicas (rurais) e burguesia industrial (urbana), com a substituição da primeira pela segunda, no papel de protagonista dos eventos sócio-políticos nacionais mais importantes. Na realidade, em nosso país o poder agrário não chegou nunca a se compor com elementos homogêneos, podendo, como afirma Luciano Martins,

os homens que consumiam e reproduziam as idéias européias e norte-americanas de ‘progresso’, que se preocupavam com a industrialização e chegavam mesmo a denunciar a divisão internacional do trabalho em seus discursos e ações no Congresso, serem os mesmos (...) que se faziam eleger pelos coronéis do interior e que zelavam atentamente pela manutenção de suas bases oligárquicas locais (MARTINS, 1982, p. 675).

Grande parte dos pesquisadores apresenta o sistema político brasileiro pós-abolição e pós-proclamação da república como caracterizado pela fragmentação do poder nas mãos dos mais diversos chefes locais, assim como pelos discursos federalista e liberal – pela multiplicidade de situações, interesses e projetos de desenvolvimento para o país. Tal percepção partiria destacadamente de estudos acerca da chamada “Política do Café com Leite”, por meio da qual se costumavam revezar no poder líderes do estado mais rico, e do estado que então apresentava o mais vasto corpo eleitoral – respectivamente, São Paulo e Minas Gerais.

No ano de 1929, contudo, um fato inesperado ocorreu, vindo a desembocar em mudanças radicais na administração do Estado brasileiro: o presidente paulista Washington Luís insistiu na candidatura, para seu sucessor, do também paulista Júlio Prestes, rompendo o pacto e levando os mineiros a unirem-se ao Rio Grande do Sul, e comporem uma chapa em que figurava o nome de Getúlio Vargas. Tendo Prestes vencido o pleito de maneira suspeita, deflagrou-se, pois, um intenso movimento, liderado pela oposição, que intentou empossar Vargas – era a já referida “Revolução de 1930” (MONTEIRO, 1990, p. 211-216 & FAUSTO, 2003, p. 243-328).

É preciso, contudo, destacar que o golpe não foi fruto meramente de interesses de líderes políticos renomados. Desde o início do século XX, na realidade, alguns grupos se teriam destacado na oposição à estrutura eleitoral que caracterizara até então a República, no Brasil. Seriam eles **frações agrárias** excluídas do processo “democrático”, **classes médias** urbanas desejosas de maior representatividade, e ainda **componentes do Exército** que reivindicavam o monopólio da violência. Suas críticas voltavam-se ao **caráter arcaico e regionalista** do sistema representativo brasileiro, além de contestarem a **corrupção e violência** eleitorais então patentes.

A insatisfação também era grande entre as **classes trabalhadoras**: lembremos que desde 1922 se havia institucionalizado no Brasil o *Partido Comunista*; e que, no mesmo ano, tinha-se desenrolado, na capital do país, o *18 do forte de Copacabana*, mobilização organizada por *tenentistas*, que, radicais, em 1925, passaram a compor um movimento rebelde de grande organização e larga projeção nacional – a *Coluna Prestes*.

Conforme grande parte da historiografia contemporânea, segundo as reivindicações dos grupos insatisfeitos com a política tradicional brasileira o governo pós-golpe seria encarregado de **modernizar** mas também de lidar com **a crise da economia nacional** – consequência, entre outros fatores, da queda da Bolsa de Nova Iorque, em 1929 –, executando

um programa de sustentação das atividades agro-exportadoras. Deveria ainda promover a modernização político-econômica, garantindo as mudanças institucionais necessárias para o bom desenvolvimento das relações capitalistas de produção, **intervindo** com maior efetividade que regimes anteriores, o que acabou por – como veremos adiante – acarretar benefícios aos mais diversos setores sociais.

Quanto aos aspectos administrativos/institucionais daqueles últimos tempos, Sérgio destacava que o de maior repercussão não teria sido a proclamação da República, mas a assinatura da Lei Áurea que, oficializando a abolição da escravatura, teria viabilizado uma maior transformação nas relações entre os homens e as mulheres brasileiros, compondo um ponto decisivo do (mais amplo) processo de modernização de nossa economia, de nossa administração, de nossas maneiras de pensar.

Entretanto, mesmo após o fim da escravidão uma das características mais marcantes na política nacional permaneceria intacta: o **personalismo**. Tal questão, conforme exposto no capítulo anterior, associada à dificuldade de se bem delinear os limites entre o domínio público e o privado, assim como à opção de engajamento mais a **um grupo de parceiros** de empreitada do que a uma **rede de projetos...** poderia ser ilustrada, provavelmente também ao ver do referido Autor (embora não declare explicitamente nas linhas de *Raízes...*), pela postura assumida pelo então presidente (provisório) do Brasil, Getúlio Vargas, que ia pouco a pouco, e de maneira cada vez mais intensa, desde a chamada “Revolução de 1930”, difundindo uma propaganda na qual sua figura aparecia como a própria imagem do Estado nacional.

A valorização do personalismo e a dificuldade de se cumprir normas impessoais, tão características de nosso povo, entretanto, não seriam uma prática inofensiva, conforme o entendimento de Sérgio. “*Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida*” (MONTEIRO, 1990, p. 211-216 & FAUSTO, 2003, p. 243-328), escreveu em Sua dita obra. Ele não podia prever, mas foi o que se verificou no ano posterior à primeira publicação de *Raízes...*, com a instauração do Estado Novo e oficialização do uso de métodos “firmes”, centralizadores, pelo governo getulista.

É importante frisar que o período que seguiu 1930, de acordo com Sonia Regina Mendonça, de fato não chegou a corresponder inteiramente aos anseios de todas as frações políticas que haviam apoiado inicialmente o dito projeto de renovação do aparato administrativo nacional; na verdade, o fato é que o discurso do governo empossado sofreu

diversas alterações ao longo do tempo; e o de seus apoiadores e opositores também. Por exemplo: se o ano de 1934 acenará para a possibilidade de “abertura”, com a promulgação de uma nova Constituição que pontuava elementos tipicamente liberais (como a liberdade de atuação para os sindicatos)... no ano de 1935 tivemos a deflagração de um movimento revolucionário de projeção nacional, a chamada *Intentona Comunista*; combatidos e presos os principais líderes radicais desta, não se apascentou, contudo, a difusão de ideais anticomunistas, e diversos grupos sociais (tais como classes médias urbanas conservadoras, oligarquia agrária e empresariado em formação) se apresentaram conjuntamente favoráveis a um fortalecimento mais efetivo do regime. Em 1937, por fim, veremos o sistema desembocar num segundo golpe e na instalação do *Estado Novo* (uma ditadura caracterizada pelo cerceamento da liberdade de imprensa, da livre associação, etc).

Por isso pode-se dizer, como muitos pesquisadores de hoje, e também tal como Sérgio, que ao governo varguista parecia caber sobretudo **impedir** que as mudanças administrativas e na política econômica a serem efetuadas resultassem em qualquer **modificação significativa no status quo**; na cidade e no campo os trabalhadores deveriam ser mantidos sob controle, e as manifestações populares deveriam ser enfrentadas com mãos de ferro pelo Estado. Daí a atuação de Vargas na presidência ser caracterizada por vários especialistas como exemplo de **“modernização conservadora”** – percebem-se ao longo do processo uma série de avanços, mas também muitas continuidades, tais como as seguintes: a tentativa de controle do operariado via vinculação dos sindicatos ao Estado, e a manutenção da estrutura agrária, base do *coronelismo*.

Após tratar do projeto desenvolvimentista varguista, e após demonstrar o que havia, por trás dele, de *continuidades*, creio aqui ser interessante traçar algumas apreciações acerca de pesquisas que tenham tratado mais especificamente a maneira com que Vargas se relacionaria com os mais diversos setores sociais. Primeiramente, relembremos, então, o fato de que seu governo tem sido freqüentemente denominado **“populista”**. Conveniente seria, pois, por ora, esboçar um breve parágrafo alusivo a como tal conceito vem sendo abordado nas últimas décadas, pela historiografia brasileira.

Inicialmente predominava nos debates relativos à noção de “populismo” a idéia de que em tais contextos ter-se-ia o estabelecimento de um pacto desigual entre um **Estado manipulador** e uma **classe trabalhadora** enfraquecida e inerte, domesticada. Mais contemporaneamente, com os trabalhos de Francisco Weffort – que elabora a idéia de *“Estado de compromisso”* – e de Ângela de Castro Gomes – que discutiu a de *“pacto*

trabalhista” –, consolidou-se uma versão menos maniqueísta.⁴ É a partir dela que a historiadora Sônia Regina Mendonça, por exemplo, pontua que a sindicalização getulista pode ter, na realidade, acabado por garantir coesão ao **grupo operário**, “*representou [no final das contas] o reconhecimento institucional da cidadania política dos trabalhadores*” (MENDONÇA, 1990, p. 262).

Particularmente, e mesmo em conformidade com minha argumentação ao longo deste trabalho, acredito que de fato o governo Vargas foi até certo momento encarado pelas parcelas da elite que o apoiavam como certamente bem sucedido na tarefa de desarticulação de interesses tidos como mais radicais do operariado; entretanto, isso não quer dizer propriamente que para as massas as leis trabalhistas e outras medidas estatais não possam ter significado qualquer melhoria em sua condição, não possam ter mesmo correspondido às suas expectativas.⁵

Para outros grupos sociais, tais como **oligarquia tradicional** e **classes médias urbanas**, ao que indicaria um primeiro olhar inocente sobre os acontecimentos que se iam processando, o controle agora mais forte e definitivo do Estado poderia parecer significar cerceamento de seu poder de atuação. Contudo, há de ter implicado, diferentemente, uma possibilidade de identificação/participação satisfatória: o governo abandonava a tendência *liberal* do antigo projeto modernizador (o voto direto, por exemplo), mas mantinha um discurso em prol da manutenção da **ordem** e se apresentava enquanto representante dos **interesses gerais**, o que é provável que tenha soado bem, naquele momento, aos ouvidos da grande maioria; criava também uma série de órgãos e organismos, ampliando a possibilidade de inclusão de oligarquia e classe média na lógica governamental, via **burocracia**.

Por outro lado, elementos componentes de frações menos coesas e ainda frágeis, como o **empresariado**, como já foi observado *en passant* em parágrafos anteriores, por meio da política intervencionista do governo puderam obter vantagens consistentes. É que, num contexto em que a burguesia industrial de nosso país ainda constituía grupo frágil e desarmônico, aquele Estado, cada vez mais centralizador, protagonista da dinamização da economia nacional, veio a optar por um projeto de crescimento que, pela primeira vez no Brasil, tinha a indústria como principal preocupação. Vargas apresentava uma política econômica protecionista, emissionista e expansiva, para qual era o governo quem se responsabilizava pela melhoria das condições de infra-estrutura, cuidando de problemáticas

⁴ Cf. Francisco WEFFORT. *O populismo na política brasileira*. & Ângela de Castro GOMES. *A invenção do trabalhismo*.

⁵ A respeito, cabe também a leitura do célebre artigo de: Ângela de Castro GOMES. *O populismo e as ciências sociais no Brasil*. p. 31-58.

tais como o transporte e a energia, e atuando em empresas cuja função era fornecer bens e serviços a baixos preços para a indústria; também se propôs a articular a atividade agrícola à industrial, incentivando a produção de alimentos baratos para o mercado citadino, e a transferência dos recursos da agro-exportação para o setor fabril. Além disso, para o empresariado (ciente ou não), o sistema corporativo característico do Estado varguista acabou proporcionando ainda a oportunidade de promover sua articulação em nível nacional – a criação mesmo de uma identidade de grupo (MARTINS, 1978, p. 672-687).

Muda o tempo, mudam-se as idéias; e o fato é que o problema da **identidade brasileira**, que já constituía preocupação constante entre nossos pensadores desde a independência, vai ganhar, no início dos noventa, uma projeção maior, e assumir novos aspectos. Passou a ser incluído no discurso dos políticos conservadores e liberais, de governos instituídos mas também de operários esquerdistas radicais, e ainda de alguns dos defensores de regimes totalitários, tais como o tão citado Plínio Salgado; despertou o interesse de religiosos, de militares, de estudantes.

É claro que esse interesse pelo nacional não implicava necessariamente em visões elogiosas de nossa terra e nosso povo. Segundo Lúcia Lippi de Oliveira, nos primeiros anos do século XX as **versões** acerca do modelo de constituição cultural assumido no Brasil tendiam a ser esquematicamente quatro: (1) a (mais tradicional) de que os **portugueses** deveriam ser **elogiados** porque nos tinham trazido o progresso e a moral cristã; (2) a de que fora um **azar** tremendo termos vivido a experiência da **colonização portuguesa**, e não de povos mais ordeiros e afeitos ao trabalho, como os ingleses protestantes, “criadores” da promissora nação norte-americana; (3) a, de ares cientificistas, que afirmava ser a **mistura de raças** nosso maior **empecilho** ao desenvolvimento; e (4) aquela segundo a qual nossa **terra farta e fértil**, e nossa **gente muita e forte** só nos poderia reservar um futuro dos mais promitentes (OLIVEIRA, 1990, p. 23-25, 182-183, 190-193). Na década de 1920, porém, vemos florescer um interesse maior por se referir mais e menos superficialmente também ao papel cultural de setores pobres e até então politicamente pouco expressivos, aos trabalhadores do campo e da cidade, aos índios, negros e mestiços.

O historiador Milton Lahuerta aborda a década de 1920 como caracterizada, em nosso país, por mudanças conjunturais articuladas o desenvolvimento de novas perspectivas de tratamento do tema do “nacionalismo”. Com a crise da economia oligárquica pautada no setor primário, e a tentativa de inserção do Brasil na economia capitalista avançada, ao mesmo tempo em que se viabilizava o acesso mais fácil a novas tecnologias e concepções, se

trazia à tona a dúvida: “**O que e como assimilar?**” Tendo em vista os intensos debates acerca das possibilidades de democracia em nosso país, este problema vinha incluir um outro, mais bem delimitado: “É possível recorrer àquilo que é estrangeiro sem ser negligente para com o que seria propriamente **nosso?**” (LAHUERTA, 1997, p. 98-114).

Conforme a interpretação da professora Claudia Wasserman, em *Nacionalismo: origem e significado...*, fatores externos também foram, neste íterim, determinantes: a Primeira Guerra Mundial e o Craque da Bolsa de Nova Iorque pareciam revelar a crise do modelo civilizacional europeu, abrindo espaço para que ibero-americanos repensassem e reavaliassem seu papel no contexto internacional (WASSERMAN, s/d).

Como é comum se ponderar, Sérgio, em *Raízes...*, revelou-se crítico acerca de nossa tendência à **imitação de modelos forâneos**. Segundo Ele, essa seria característica dos habitantes da América de **colonização portuguesa**, desde o período de controle metropolitano... se teria mantido após a independência, quando fez-se determinante a **influência francesa...** (HOLANDA, 1999, p. 178) e permanecia, agora, em fase de desenvolvimento do capitalismo avançado, quando começava a predominar o dito “**americanismo**” (Idem, p. 172). Tal conduta teria, conforme o Autor de *Raízes...*, acarretado conseqüências desastrosas no país: sensação generalizada de desencaixe, inadequação, inautenticidade. De maneira distinta de Ramos, é, pois, severamente crítico tanto à maneira como vínhamos processando nossos contatos culturais com Portugal, quanto com a França, e também com os Estado Unidos.

Há que se pensar, ainda, que, tal como ocorreu no México, aquela conjuntura de inícios do século XX (marcada pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação e transporte, assim como pela cosmopolitização das perspectivas) levava políticos influentes no Brasil, assim como cidadãos comuns, a perceberem-se **identificados com outros países ibero-americanos**. Sem contar que o conhecimento, mesmo o mais superficial, acerca da história desses povos, parecia corroborar a validade de tal sentimento: cada vez mais brasileiros passaram a compreender que teríamos vivido experiências históricas semelhantes às de outros povos, tais como os mexicanos, por exemplo; experiências ligadas ao fato de que fomos todos colonizados por nações culturalmente identificáveis – Portugal e Espanha. Tal compreensão era também compartilhada por Sérgio, e aparece nas páginas de *Raízes...*, nas quais, da análise do comportamento e formas de entendimento dos habitantes da Hispano-América e da Luso-América, parte para a constituição de um mesmo “tipo”: o “aventureiro”.

Entretanto, há que se fazer notar que a preocupação com repensar uma possível identidade “ibero-americana”, embora apareça de maneira menos clara em *El perfil...* do que em *Raíces...*, ao que tudo indica foi bem maior entre os políticos, populares e intelectuais mexicanos do que entre os brasileiros. Os motivos para tanto podem ser diversos: (1) (já vislumbrei no capítulo anterior) o “anti-americanismo” no México mais visceral pode ter despertado um maior interesse, ali, em “fazer amigos” nos outros cantos do continente; (2) o fato de que os mexicanos compartilham a mesma língua com a maior parte dos demais países da Ibero-América pode ter feito com que a noção de “ibero-americanismo” lhes fizesse mais sentido... ou mesmo aberto, a eles, mais portas para esse diálogo. Por isso, ou por qual seja a razão, o fato é que, diferentemente das constantes referências da historiografia mexicana e até mesmo brasileira à presença de diplomatas do México no Brasil, a presença de representantes nossos naquele país, nas primeiras décadas dos noventa, não tem sido trabalhada.⁶

Importante fazer notar, porém, que Sérgio se opunha a esse desejo então difundido de se “construir”, “apresentar”, “buscar” uma identidade nacional brasileira ou ibero-americana “sólida”, “bem amarrada”. De maneira distinta, compreendia que ela se formulava e formularia sempre espontaneamente, caoticamente, livre; e compreendia que, inevitavelmente e sempre, era desta forma que ela se apresentaria.

Agrarismo, personalismo e tendência à imitação: eis as principais características, conforme Sérgio, do povo brasileiro. Características herdadas do contato com o português, desde a época da colonização, e que iam (respectivamente) sendo superadas, sofrendo modificações, e se mantendo, na nova conjuntura, em que se destacava o interesse generalizado de nosso povo pela **modernização, democracia** e **“autenticidade” identitária** de nosso país.

Mais eis também o tom positivo, na referida obra, do dito Autor: segundo Ele, neste momento histórico em que se faziam notar irrealizações, impossibilidades, o *novo* revela-se como algo que não pode ser evitado.

CONCLUSÃO

Conforme anunciado na Introdução, o objetivo central deste artigo foi pontuar informações que Ramos e Sérgio apresentaram em seus Livros aqui escolhidos para análise, entrelaçadas às informações tidas como consensuais entre os intelectuais de gerações

⁶ Eis um ponto relevante, a ser trabalhado em pesquisas posteriores.

posteriores (tal como Angel Rama), acerca da realidade vivida por eles no início do século XX. Importante lembrar, então, que este meu raciocínio e a forma como o presente texto se constrói remetem diretamente às reflexões de Dominick LaCapra, na medida em que tomo *El perfil...* e *Raíces...* como textualizações e/ou ponto de partida para textualizações, operadas no passado como no presente.

Bom destacar, pois, um primeiro ponto de encontro entre os referidos textos de Ramos, Sérgio e Rama: todos percebem que, daquela época por eles estudada, é costume apontar as mudanças que iam ocorrendo, e que, contudo, é preciso estar-se atento para as continuidades que eram, muitas vezes, em território mexicano e brasileiro, mais do que claras.

Vimos, então, que, em se tratando das duas Obras escolhidas como fontes privilegiadas, – malgrado o fato da primeira ter sido escrita em um país que viveu a experiência revolucionária, e da segunda ter sido escrita em uma nação que começava a viver a experiência populista – parecem, igualmente, contribuir para que se mantivesse e mantenha a percepção de que o México e o Brasil das primeiras décadas dos noventa se caracterizariam por (1) um parco desenvolvimento econômico, (2) uma frágil democracia, e (3) a revisão do debate acerca das noções de mexicanidade, brasilidade e ibero-americanidade – lembrando muito o raciocínio desenvolvido em *A cidade...*

Aqui se pode dizer, por fim, que, compreendendo as noções de “modernização” e “identidade nacional/ ibero-americana” como, naquela conjuntura por Ramos e Sérgio experimentada, intrinsecamente ligadas à de “justiça social”, não de ter proposto, Um como Outro, avaliações do modo de ser do mexicano e do brasileiro pautadas, implicitamente, por anseios de que não apenas nos “atualizássemos”, mas também (ou sobretudo) pelo desejo de que nos “democratizássemos”. Isto posto, suponho – a despeito das interpretações correntes – que, em *El perfil...* e em *Raíces...*, a negação das “nossas” características, tal como a apresentação de um conceito fixo de quais seriam essas características, não poderia ser compreendida como uma alternativa sadia ou viável.

BIBLIOGRAFIA

- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In: ---. **O populismo e sua história**; debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.
- CRESPO, Regina Aída. **Cultura e política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938)**. In: <http://www.scielo.br/scielo.php>.

- DOZER, Donald Marquand. **América Latina; uma perspectiva histórica.** Porto Alegre: Globo, 1974.
- FAUSTO, Boris. A primeira república. IN: ---. **História do Brasil.** São Paulo, 2003.
- GOMEZ-MORÍN, Manuel. 1915. México: Editorial Cultura, 1927 p. 10. Apud. GÓMEZ-MARTÍNEZ. **La presencia de Ortega y Gasset en el pensamiento mexicano.** In: <http://www.ensayistas.org/critica/mexico/gomez/G-MOrtega.htm>
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** São Paulo, Cia das Letras, 1999.
- LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elías José. **Giro lingüístico e historia intelectual.** Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, s/d.
- LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista e modernização. In: ---. **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno.** São Paulo: Unesp, 1997.
- LOZANO, Gabriel Vargas. **Esbozo historico de la filosofia mexicana del siglo XX.** In: <http://www.ensayistas.org/critica/mexico/vargas>.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia y utopia;** introduccion a la Sociologia del conocimiento. Madri: Aguilar, 1966.
- MARTINS, Luciano. A Revolução de 1930 e seu significado político. In: CPDOC. **A Revolução de 1930 – Seminário Internacional.** Brasília, Editora da UNB, 1982.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** (I-Feuerbach) São Paulo: Hucitec, 1986. Publicado pela primeira vez em meados do século XIX.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Ieda (org.). **História Geral do Brasil.** da colonização portuguesa à modernização autoritária. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Da República Velha ao Estado Novo; o aprofundamento do regionalismo e a crise do modelo liberal. In: LINHARES, Maria Ieda (org.). **História Geral do Brasil.** da colonização portuguesa à modernização autoritária. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- PAZ, Octávio. **O labirinto da solidão e post scriptum.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PRADO, Maria Lígia. **O populismo na América Latina;** Argentina e México. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- RAMA, Angel. **A cidade das letras.** São Paulo: Brasiliense, 1984.
- RAMOS, Samuel. El perfil del hombre y la cultura en México. In: ---. **Obras completas.** México: Universidad Nacional Autónoma, 1975.

SANTOS, Ana Maria dos. América Latina: dependência, ditaduras e guerrilhas. In: **O século XX**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

URIARTE, Urpi montoya. Hispanismo e indigenismo. In: **Revista de Antropologia**. v. 41. n. 1. São Paulo, 1998.

VASCONCELOS, José. **Breve historia de México**. México: Companhia Editorial Continental, 1968.

WASSERMAN, Cláudia. **Nacionalismo: origem e significado em Sérgio Buarque de Holanda, Samuel Ramos e Ezequiel Martínez Estrada**. In: <http://www.ifch.unicamp.br/anphlac/revista/numero03/revista3claudia.pdf>.